



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### **SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0007455-21.2010.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Banco Itaú Sa**  
 Requerido: **G R I C P P M Industriais Ltda e outros**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### **CONCLUSÃO**

Em 12 de fevereiro de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, escrevente, subscrevi.

**Nº de Ordem: 1369/10**

### **VISTOS**

**BANCO ITAÚ S/A** ajuizou Ação **MONITÓRIA** em face de **G. R. I. C. P. P. M. INDUSTRIAIS LTDA e outros, todos** devidamente qualificados.

Aduz o Autor, em síntese, que através de “Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente” concedeu um crédito aos requeridos, que foi por eles utilizado, sem efetuar o pagamento total devido. Desta forma, é credor do montante de R\$ 65.041,27. Pediu a procedência da ação, condenando os réus ao pagamento do valor mencionado. Juntou documentos às fls. 05/24.

Devidamente citados, os requeridos apresentaram embargos, sustentando, em síntese, que: 1) o contrato contém cláusulas abusivas; 2) os valores exigidos pela Embargada como correção monetária, juros e multas de mora são ilegais; 3) as contraprestações são



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

compostas de taxas de juros e encargos elevadíssimos, tanto pelos índices quanto pelo cálculo composto; 4) foi levada a erro, pois desconhecia o conteúdo lesivo das cláusulas contratuais. No mais, pediu a improcedência da ação.

Sobreveio impugnação aos Embargos às fls. 160/178.

Pelo despacho de fls.179, as partes foram instadas a produzir provas. O requerente pediu o depoimento pessoal dos requeridos e a oitiva de testemunhas e os requeridos não se manifestaram.

**É o relatório.**

**DECIDO, antecipadamente a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

O contrato objeto da demanda (Cédula de Crédito Bancário – Abertura de Crédito em Conta Corrente – LIS – Limite Itaú para Saque PJ – Pré - nº 11173-000004900251697) foi instrumentalizado em 04/07/2008 – v. fls. 09 e ss – quando já estava em vigor a Medida Provisória nº 1.925, de 14 de outubro de 1999, posteriormente reeditada na MP nº 2.160-25, de 23 de agosto de 2001.

O art. 3º, § 1º, inc. I dessa Medida Provisória (nº 2.160-25) permite que, na cédula de crédito bancário, sejam pactuados “os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação”.

Diante da possibilidade de juros, na cédula de

**0007455-21.2010.8.26.0566 - lauda 2**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

crédito bancário, serem cobrados de forma capitalizada, e de a periodicidade da capitalização ser livremente pactuada, conclui-se, por corolário lógico, que essa nova norma legal passou a excepcionar a regra do art. 4º do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, e a Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal, que proíbem a capitalização dos juros com periodicidade inferior a um ano, ainda que expressamente pactuada.

Mesmo considerando que a operação objeto da presente demanda não tivesse sido instrumentalizada na forma de cédula de crédito bancário (mas no caso foi – cf. fls. 09 e ss), ainda assim estaria o requerente autorizado a cobrar juros, sobre o crédito efetivamente disponibilizado aos executados, de forma capitalizada. Isso porque a sobredita “MP”, em seu art. 5º, caput, passou a autorizar a capitalização dos juros cobrados pelas instituições financeiras, nos seguintes termos: “Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com a periodicidade inferior a um ano”.

Essa Medida Provisória, por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, vigorará com força de lei até que medida provisória ulterior a revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional e vem sendo entendida válida por nossos pretórios (em data recente recebi acórdão da 20ª Câm. de Direito Privado do TJSP ao julgar a Apel. n. 9099738-37.2002.8.26.0000, entendendo em pleno vigor o ato normativo referido).

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO IMPROVIDO.** 1. Com a edição da MP 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização mensal



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. 2. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 79.9017).

E ainda:

**EMENTA:** Embargos de declaração. Agravo regimental desprovido. Omissão inexistente. 1. Não há omissão a ser sanada. Do voto proferido verifica-se claramente a afirmação de que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu pela constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36. 2. Embargos de declaração desprovidos (RE 509500 AgR-ED / RS - RIO GRANDE DO SUL)

Sob essa perspectiva, não há como se admitir mesmo em tese a vedação da cobrança de juros capitalizados nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, não se aplicando, à hipótese versada nos autos, o art. 4º do Decreto nº 22.626/33 e a Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, as alegações – genéricas e estereotipadas - encartadas não preenchem os requisitos do art. 302, do CPC.

É ônus daquele que se opõe à cobrança impugnar especificamente os valores cobrados, indicando as cláusulas contratuais que entende ilegítimas e provando (ou pelo menos demonstrando interesse de fazê-lo) que houve descumprimento da avença.

Os embargantes, contudo, não se desincumbiram de tal ônus; permaneceram inertes frente ao despacho de fls.179, que possibilitou a produção de provas (fls. 183).

\*\*\*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Pelo exposto, REJEITO os embargos de fls. 129 e ss e JULGO PROCEDENTE o pleito inicial, condenando os requeridos, G.R.I.C.P.P.M. INDUSTRIAIS LTDA, JOSÉ ALBERTO DA SILVA e GREICE KELLY IAN E SILVA, a pagarem ao requerente, BANCO ITAÚ S.A a importância de R\$ 65.041,27 (sessenta e cinco mil, quarenta e um reais e vinte e sete centavos), com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Diante da sucumbência, os requeridos arcarão, ainda, com as custas e despesas do processo, e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 10% do valor da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**